



FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO: CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO

Taís de Sousa Galdino Santana, Universidade Federal do Acre – UFAC
E-mail: taisgaldino@gmail.com

Ramile Ferreira de Andrade Bezerra, Universidade Federal do Acre – UFAC
E-mail: ramile.bezerra@sou.ufac.br

Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Universidade Federal do Acre – UFAC
E-mail: ademarcia.costa@ufac.br

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as contribuições da formação docente para a inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial. Tem-se como suporte metodológico a abordagem qualitativa, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica à luz de Mendes (2010), Franco (2008), Mantoan (2003), Carvalho (2006) e em documentos orientadores e regulatórios como a LDB 9394/96 e a PNEE (2008). Os resultados revelam que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, articulada às políticas educacionais são aliadas fundamentais para o desenvolvimento de escolas inclusivas. Conclui-se que é fundamental o compromisso dos educadores não apenas com sua formação e atuação profissional, mas sobretudo, imprimir em sua prática pedagógica a inclusão escolar, de fato.

Palavras-chave: formação docente; inclusão; educação.

1 INTRODUÇÃO

A formação docente é o pilar para construção e reconstrução de conhecimentos que perpassam a ação profissional. Nesse estudo, propomos pensar esse cenário voltado para a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial.

Conforme Mendes (2010) a partir da década de 1970 no Brasil inicia-se a implantação de setores da Educação Especial nos sistemas de ensino estaduais, e no fim dessa mesma década são criados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial, no nível superior e os primeiros programas de especialização na área.

Antes, as vertentes que existiam para os alunos com deficiência ou com defasagem educacional eram a médico-pedagógica e a psicopedagógica, as quais enfatizavam o diagnóstico e os aspectos psicológicos (JANUZZI, 1992 Apud MENDES, 2010), e desconsideravam os pedagógicos à medida que não tinham o

olhar educativo voltado a esses estudantes, que ficavam à margem da educação. Na trajetória histórica dos alunos considerados fora do “padrão normal” ditado socialmente, muitos caminhos foram trilhados, a princípio a concepção de educação para esses estudantes se deu por meio de um atendimento educacional especializado, que substituiu o ensino comum e colaborou para criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais, fora da estrutura educacional regular (MENDES, 2010).

Os avanços das políticas educacionais e a necessidade de construir e implantar novas propostas pedagógicas para esse alunado trouxe crises para os paradigmas educacionais existentes. Considerar a diversidade de alunos e reconhecer a importância de compreender suas formas de aprendizagem e suas necessidades educacionais específicas provocou e vem provocando até os dias atuais o repensar a educação em um contexto inclusivo, no qual a formação do professor passa a ser debatida, tendo em vista sua relevância na concretude da escola plural.

É neste contexto que se insere o presente estudo, que tem como objetivo analisar as contribuições da formação docente para a inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial. Para atingir esse objetivo, adotamos como metodologia a abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica à luz de Mendes (2010), Franco (2008), Mantoan (2003), Carvalho (2006) e fontes documentais como a Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

2 DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar exige que o professor esteja em constante formação para que assim possa reformular e adequar sua prática as diversas situações do contexto de sala de aula. No entanto, é evidente que a formação docente ainda está atrelada a transmissão de conteúdos, o que tem dificultado o trabalho do educador com os alunos público-alvo da educação especial.

Na complexidade do processo educacional inclusivo, o educador tem em suas mãos a atribuição de ensinar a todos os alunos, considerando suas individualidades e necessidades, dentro de um sistema enrijecido que ainda tem na sua estrutura

metodologias e organização tradicionais. A formação docente neste contexto, deve ser um processo contínuo, no qual o conhecimento é constantemente construído e reconstruído, à medida que se entrelaçam a teoria e a prática na constante busca por práticas pedagógicas que atendam às necessidades reais dos estudantes.

O professor para atuar com os alunos público-alvo da educação especial necessita adquirir saberes indispensáveis ao exercício de sua profissão, que são adquiridos por meio de formação inicial, continuada e também das experiências vivenciadas no seu campo de atuação. Há de se considerar que o simples contato com esses saberes não nos garante o êxito da inclusão, pois é necessário ressignificar todo o processo educativo, como destaca Mantoan (2003):

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. (p.43).

Dessa forma o maior desafio dos cursos de formação inicial e continuada, conforme a autora, não seria produzir conhecimentos e receitas de modelos de como se fazer inclusão, mas de possibilitar a criação de atitudes inclusivas diante das diversas situações do cotidiano da escola, da sala de aula e na educação como um todo. Para que isso aconteça, é necessária a integração de vários fatores que perpassam o ensino, de modo que se criem ações conjuntas diante da inclusão, de modo que o ensino realmente aconteça considerando a diversidade.

É importante portanto, que se compreenda a dimensão da inclusão não somente no formato de integração, o que exige pensar a formação do professor em suas práticas pedagógicas. Franco (2008) relata sobre a discrepância que existe entre os cursos de formação inicial e a prática efetiva nas escolas, esse distanciamento gera profissionais que diante da realidade não se sentem capacitados a exercer sua prática pedagógica com os estudantes com deficiência, gerando bloqueios que deveriam ter sido confrontados, compreendidos e superados no percurso inicial da sua formação, sendo que o próprio espaço educacional de nível superior deixa a desejar quando não dialoga de forma precisa com as necessidades da educação escolar.

A fragmentação da organização do sistema educacional contribui para o distanciamento existente na consolidação da política de inclusão, sendo etapas e modalidades educativas planejadas e organizadas de forma separada, dificultando uma articulação que possibilite o diálogo das práticas educativas inclusivas. Paulo Freire (2002), em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” sugere alguns princípios que considera relevante para a docência, em que afirma que ensinar exige alguns requisitos básicos, como arriscar, aceitar o novo e rejeitar qualquer tipo de discriminação.

O professor como elo fundamental entre o ensino e a aprendizagem tem em suas mãos o desafio de atender as demandas individuais e coletivas do processo educativo, sem distinção, sem exclusão e sem discriminação. Freire (2002) ainda argumenta que as práticas discriminatórias rompem com o princípio da democracia, o ensinar tudo a todos preconizado por Comenius no séc. XVII até hoje se apresenta como um gargalo para o contexto da educação e para os professores, é necessário constantemente repensar as práticas educativas que contribuam para que a aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento aconteçam. Estará o professor preparado e provido de recurso para esse processo?

É preciso considerar que a educação especial na perspectiva inclusiva está posta legalmente e estruturada nas diretrizes nacionais da política educacional, na esfera federal, estadual e municipal e não compete somente ao professor a responsabilidade de efetivação da inclusão, mas toda a estrutura que está ligada e interligada a educação e ao seu sistema que pode fortalecer ou enfraquecer essa política, como destaca Carvalho (2006) ao explicar que não depende só das políticas educacionais para assegurar a inclusão, é necessário ter a articulação com as demais políticas públicas e assim consolidar ações educativas inclusivas que além de prevista deve ser provida de recursos de toda ordem para sua consolidação (CARVALHO, 2006, p.79).

3 ANÁLISES

Os cursos de formação de professores precisam lhes preparar para sua atuação junto à diversidade presente no ambiente escolar. Isso significa dizer que devem motivá-los a reconstruírem suas concepções teóricas e práticas, almejando

novos rumos na construção da identidade docente. Além disso, necessita criar espaços de reflexão com intuito de que se possa compreender as concepções e perspectivas da educação que estão norteando o contexto escolar.

Também é importante que o professor reconheça seu papel diante da consolidação da escola inclusiva e atue em defesa de uma educação em que todos sejam acolhidos e incluídos. Para tanto, ele precisa adquirir saberes indispensáveis a sua atuação profissional, redefinindo constantemente a maneira como pensa e efetiva suas práticas educativas para que possa criar espaços humanos de convivência e de constante aprendizado. É necessário ainda, que o papel da escola seja ressignificado, de modo que todos os envolvidos no processo educativo (gestores, coordenadores, professores, pais, comunidade) humanizem-se, isto é, aceitem e respeitem tanto a si como ao outro, na busca de que se ofereçam escolas de qualidade.

É inegável, portanto, que a efetivação da escola inclusiva demanda uma mudança do paradigma educacional, na qual repensar a formação de professores torna-se indispensável, haja vista que o seu papel não se limita apenas a uma formação acadêmica, mas, sobretudo, a uma formação humana. Materializar essa mudança significa comprometer-se com o bem-estar social, com a implementação de sistemas mais justos e igualitários, no sentido de equidade, em que todos possam ter seus direitos efetivados.

Por isso, é fundamental discutir e refletir sobre a formação inicial e continuada dos professores e os recursos oferecidos para prover a consolidação da inclusão na estrutura educacional. Sendo assim, é necessário analisar a estrutura que sustenta a base educacional para direcionar a organização de ações e práticas educativas que fortaleçam o direito a educação de forma inclusiva a todos os alunos, dando sustentação ao processo de ensino e aprendizagem realizado pelos docentes para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia de uma educação inclusiva depende da articulação com os setores que direta e indiretamente subsidiam a educação, sendo a educação um dever do estado, da família e da sociedade, sendo um direito de todos, sem distinção, na garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, conforme a Constituição Federal

Brasileira (BRASIL, 1988). É fundamental o compromisso dos educadores com a sua formação inicial e continuada, uma atuação profissional responsável, competente, criativa e com condições efetivas de trabalho favorece uma educação que gera transformações na sociedade, de forma não fragmentada, mas articulada com toda a estrutura que envolve direta e indiretamente a educação.

O contexto educacional historicamente é marcado pela exclusão, discriminação, segregação, integração e caminhando a passos lentos ainda para a inclusão de fato, o professor é o grande aliado para a consolidação da inclusão, sendo necessário oferecer as estruturas de consolidação em todo seu contexto de formação e de prática pedagógica.

Em suma, é incluindo que temos a possibilidade de preparar a escola para as próximas gerações, as quais terão a oportunidade de usufruir de uma vida plena, com acesso e participação não somente nas instituições escolares, mas em todos os âmbitos sociais. Romper barreiras de preconceitos, de aceitação e respeito mútuo é um movimento de luta rumo à construção da escola de todos e para todos. É necessário, pois, que se repense sobre a formação de professores e que torne o ambiente escolar um espaço de relações sociais, de crescimento e de produção de saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial**. Brasília, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educ. Pesqui**, v. 34 n.1 São Paulo. Jan./Apr. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996. Publicado no Brasil em 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G.. Breve histórico da educação especial no Brasil. In: **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n.57, maio-ago., 2010.